

Coluna do Castello

Primeiro o todo, depois as partes

O presidente da Constituinte, sr. Ulysses Guimarães, pretende iniciar a votação da Constituição, quando chegar a vez de pronunciar-se o plenário, por submeter a votos a íntegra do projeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral. Ele entende que esse é o método adequado para preservar na sua estrutura o trabalho a que chegaram os constituintes durante meses de discussão e exame de todas as questões nacionais. O projeto não resulta de um consenso total, mas do consenso possível, sendo útil portanto iniciar-se a votação por sua aprovação global, passando-se em seguida à votação das emendas que obtiverem destaque.



Claro que haverá resistência à adoção dessa estratégia preferida pelo sr. Ulysses Guimarães, pois os partidários de opções não consensuais prefeririam o debate e votação de capítulos ou de títulos do projeto a fim de que o todo resulte da aprovação das partes e não, como pretende o presidente, que o todo preceda às correções parciais. Se aprovado o texto global do projeto, a derrubada de qualquer artigo, parágrafo ou item do projeto Bernardo Cabral se tornará mais difícil, pois a cada votação a emenda para substituir o texto do projeto necessitará de 280 votos, isto é, da maioria absoluta dos constituintes. Ficaria portanto muito mais difícil para os revisores do projeto conseguir seu intento, se compelidos ao debate de pontos especiais de um projeto já previamente aprovado.

Com o andamento dos trabalhos, a atenção final concentra-se em alguns itens, como reforma agrária, vinculações orçamentárias, linhas de aceitação de cooperação do capital estrangeiro, etc. Mas, tal como previu o presidente da Constituinte, a questão política do sistema de governo, nela embutida a da duração do mandato presidencial, tende a tornar-se o principal foco do debate institucional. Os presidencialistas ainda tentam mobilizar os governadores para que conjuguem seu poder de pressão ao da Presidência da República e ao da cúpula partidária nacional e estadual, a fim de impedir que a avalanche parlamentarista empolgue o plenário. Mas já há sintomas de que o governo se previne para a hipótese da inevitabilidade do parlamentarismo.

Voltou-se a defender o mandato de seis anos fixados pela Constituição em vigor, dada a evidente nulidade da decisão presidencial de, salvo renúncia, reduzir seu mandato para cinco anos. Isso tanto poderia ser uma compensação ao sr. José Sarney pela perda da essência do poder presidencial, como ponto de partida para ganhar dois anos antes da implantação do regime de gabinete. O senador Afonso Arinos, que defende o mandato de seis anos, preocupa-se com a necessidade de dar-se prazo aos estados para adaptação ao novo sistema de governo, compatível com a Federação, tal como ocorre no Canadá, na Austrália, na Índia e na Alemanha. Esses são problemas institucionais a serem nessa escala resolvidos.

Mas há problemas pessoais envolvidos. Como se situaria, por exemplo, o presidente José Sarney na hipótese de ser fixado em quatro anos seu mandato? Aceitaria a decisão política? Recorreria ao Supremo? Ou anunciaria o propósito de renunciar ao governo ante a rejeição da sua decisão e do texto constitucional em vigor? São hipóteses com peso político e que por isso mesmo não podem ser abandonadas. O sr. Ulysses Guimarães luta pelo presidencialismo e pelo mandato de cinco anos mas não fala na hipótese de que, ainda que vitoriosa essa tese, a vigência do parlamentarismo seria iniciada com o novo mandato presidencial, isto é, em 1990. Ele perderia assim o privilégio de assumir, como chefe do maior partido, a primeira presidência do Conselho de Ministros.

Grupo obstrui votação por se achar excluído

BRASÍLIA — Representantes do PDT, do PT, do PC do B e do MUP — "Movimento de Unidade Progressista", do PMDB — comunicarão hoje ao relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, durante a apresentação do projeto constitucional aos líderes, que não aceitarão votar a nova Constituição se não participarem das negociações. Durante reunião na noite de quarta-feira na casa do líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, esses parlamentares traçaram uma estratégia para impedir a aprovação de uma Constituição que consideram de centro-direita. A arma desse grupo será a obstrução, permitida pelo regimento interno e que pode ser utilizada com um mínimo de 35 parlamentares.

Na reunião foi feita uma análise do andamento dos trabalhos da Constituinte e as conclusões foram de que o centro só estaria negociando com a direita na Constituinte. Para impedir o avanço dessas negociações, os líderes do PDT, PT, PC do B, e do MUP pretendem fazer oposição aos senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas e o deputado Ulysses Guimarães, obrigando-os a tomar posição sobre os temas polêmicos em negociação, como estabilidade no emprego e jornada de 40 horas, imissão de posse na reforma agrária, definição de empresa nacional, papel das Forças Armadas e voto distrital com parlamentarismo, entre outros.

Exigências — "O senador Fernando Henrique Cardoso foi eleito em São Paulo com o apoio dos artistas e temos informações precisas de que a censura para o rádio e televisão continua prevista no projeto constitucional. As negociações envolvem o senador", sentencia o deputado José Genoíno (PT-SP). Genoíno diz que o senador Mário Covas deve deixar claro a sua posição, por exemplo, com relação à anistia aos militares. "Obtivemos conquistas na questão dos direitos coletivos relativos à participação popular na vida institucional. O projeto suprimiu essas conquistas. Como o senador Mário Covas analisa isso e como votará?" pergunta.

Paralelamente à exigência de que os líderes de centro tornem públicas suas posições, o grupo pretende conquistar poder de negociação denunciando em plenário que a nova Constituição está sendo feita por não-constituintes. "O assessor do senador Mário Covas, José Afonso, que elaborou o projeto do líder do PMDB, teve 6 mil votos como candidato a constituinte pelo PTB em São Paulo. O jurista Miguel Reale teve 17 mil votos. Será que eles têm mais direito e mais condições que nós, que fomos eleitos exatamente para fazer esse trabalho?", pergunta o líder do PC do B, deputado Aldo Arantes.

Chances — Segundo o deputado José Carlos Saboya, integrante do MUP, a esquerda não tem poderes para aprovar, sozinha nenhum item, mas tem poder para impedir que o centro e a direita façam sozinhos a Constituição. "O centro não fecha totalmente com as teses da direita e pode se compor conosco em muitos itens. O problema é que a composição centro-direita na Constituinte está negociando sozinha, e a partir de agora terá que negociar conosco também", diz.

A estratégia do grupo é pedir, durante a votação destaque para as emendas que consideram progressistas. "Para votar em destaque qualquer emenda bastam 35 parlamentares subcreverem pedido", acrescenta Genoíno.